



SENADO FEDERAL  
Gabinete Senador ACIR GURGACZ

**DESTAQUE Nº .....**  
**(A MPV 765/2016)**

Nos termos regimentais, solicito destaque para votação em separado da emenda nº 113 à MPV 765 de 2016, que tem o seguinte teor:

**Emenda nº 113**

Acrescente-se artigo 39 às disposições finais da Medida Provisória nº 765/2016, com a seguinte redação, renumerando-se os seguintes:

Art 39 Os servidores ocupantes dos cargos da Carreira de Magistério do Ensino Básico Federal, de que trata o inciso II do caput do art. 122 da Lei no 11.784, de 2008 e os professores dos Estados do Amapá, de Roraima e de Rondônia, bem como de seus Municípios, , incluídos no Plano de Classificação de Cargos dos Ex-Territórios Federais-PCC-Ext, de que trata o artigo 5º da Lei n.º 12.800 de 2013, que atendam aos requisitos de titulação estabelecidos para ingresso na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata a Lei no 12.772, de 28 de dezembro de 2012, ficam nela enquadrados, de acordo com as atribuições e os requisitos de formação profissional respectivos e a posição relativa na Tabela, exceto quando houver manifestação irretratável do servidor.

§ 1º A manifestação irretratável de que trata o caput deverá ser formalizada no prazo de vinte e quatro meses, contado da data de entrada em vigor desta Lei, mediante a assinatura do termo de opção constante do Anexo I, com efeitos financeiros a partir da data de opção.



SF/17715.32918-65

Página: 1/4 17/05/2017 10:43:22

cf2aac66757bb2d0487e8e7777d32cf623df8943





SENADO FEDERAL  
Gabinete Senador ACIR GURGACZ

§ 2o Os servidores afastados nos termos dos arts. 81 e 102 da Lei no 8.112, de 1990, poderão exercer o direito à opção durante o afastamento ou em até cento e oitenta dias após o término do afastamento.

§ 3o Aplica-se o disposto no § 1o aos servidores cedidos.

§ 4o A efetivação do enquadramento está condicionada à prévia verificação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, quanto ao cumprimento dos requisitos a que se refere o caput.

§ 5o Os cargos a que se refere o caput, enquadrados na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, passam a ser denominados Professor do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

§ 6o Os cargos de provimento efetivo da Carreira de Magistério do Ensino Básico Federal, bem como, os professores dos Estados do Amapá, de Roraima e de Rondônia, e de seus Municípios, incluídos no Plano de Classificação de Cargos dos Ex-Territórios Federais-PCC-Ext, de que trata o artigo 5º da Lei n.º 12.800 de 2013, cujos ocupantes forem enquadrados na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico continuarão a integrar o Quadro de Pessoal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

§ 7o O enquadramento e a mudança de denominação dos cargos a que se refere este artigo não representam, para qualquer efeito legal, inclusive para efeito de aposentadoria, descontinuidade em relação à carreira, ao cargo e às atribuições atuais desenvolvidas por seus titulares.

§ 8o Quando a aposentadoria ou a instituição da pensão tenha ocorrido com fundamento nos arts. 3o, 6o ou 6o-A da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003, ou no art. 3o da Emenda Constitucional no 47, de 5 de julho de 2005, os efeitos decorrentes do enquadramento de que trata o caput serão aplicados ao posicionamento dos aposentados e pensionistas oriundos da Carreira de Magistério Básico Federal nas tabelas remuneratórias da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, desde que, durante a atividade, o



SF/17715.32918-65

Página: 2/4 17/05/2017 10:43:22

cf2aac66757bb2d0487e8e7777d32cf623df8943





SENADO FEDERAL  
Gabinete Senador ACIR GURGACZ

aposentado ou o instituidor de pensão tenha atendido aos requisitos de titulação estabelecidos para ingresso na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, exceto quando houver manifestação irretratável do aposentado ou do pensionista.

§ 9o A manifestação irretratável de que trata o § 8o deverá ser formalizada no prazo de vinte e quatro meses, contado da data de entrada em vigor desta Lei, mediante a assinatura do termo de opção constante do Anexo I, com efeitos financeiros a partir da data de opção.

§ 10. O posicionamento dos aposentados e dos pensionistas nas tabelas remuneratórias de que trata o § 8o será referenciado à situação em que o servidor se encontrava na data da aposentadoria ou em que se originou a pensão, respeitadas as alterações relativas a posicionamentos decorrentes de legislação específica.

§ 11. A efetivação do posicionamento dos aposentados e pensionistas nas tabelas remuneratórias está condicionada à prévia verificação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão quanto ao cumprimento dos requisitos de que trata o § 8o.

### JUSTIFICATIVA

Os professores da Carreira do Magistério dos ex-Territórios sempre tiveram igualdade de tratamento quando comparados com os professores de igual hierarquia, pertencentes aos planos de cargos das Instituições Federais de Ensino subordinadas ao Ministério da Educação e ao Ministério da Defesa. SF/17996.24643-69

A Lei 13.325 de 2016 incluiu todos os professores remanescentes do Ensino Básico das Instituições Federais de Ensino subordinadas ao Ministério da Defesa, no Plano de Cargos do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

E os docentes dos extintos Territórios também devem ter assegurado o direito a integrar o Plano de Carreira, do Magistério Básico, Técnico e Tecnológico-



SF/17715.32918-65

Página: 3/4 17/05/2017 10:43:22

cf2aac66757bb2d0487e8e7777d32cf623df8943





SENADO FEDERAL  
Gabinete Senador ACIR GURGACZ

EBTT, visto que desde o ano de 2008, tiveram uma equivalência funcional com a criação do Plano de Carreira do Magistério Federal.

Mostra-se incompreensível incluir todos os docentes, vinculados ao Ministério da Defesa, no Plano de Carreira do EBTT e, diante de mesma categoria, deixar o grupo magistério dos extintos Territórios à margem desse enquadramento, de grande relevância para os esses docentes federais.

Por esta razão, os professores remanescentes do ensino básico dos Ex-Territórios, bem como, os professores enquadrados no Plano de Classificação de Cargos dos Ex-Territórios-PCC-Ext, de que trata o artigo 5º da Lei n.º 12.800 de 2013, na forma da Emenda Constitucional 79 de 2014, e EC-60/2009, merecem esse mesmo tratamento.

Sala das sessões, 17 de maio de 2017.

Senador **ACIR GURGACZ**  
**PDT/RO**

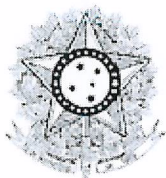


SF/17715.32918-65

Página: 4/4 17/05/2017 10:43:22

cf2aac66757bb2d0487e8e7777d32cf623df8943





13

CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÕES MISTAS

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 765, DE 2016.

REQUERIMENTO DE DESTAQUE

Senhor Presidente da Comissão Mista,

Requeiro, nos termos do Artigo 50 do Regimento Comum do Congresso Nacional, **destaque para votação em separado** do parágrafo único do art. 4º da Medida Provisória nº 765, de 2016, com o objetivo de substituir o parágrafo único, do art. 5º do PLV, apresentado pelo relator em 11 de maio de 2017.

Sala da Comissão, de maio de 2017.

MAJOR OLÍMPIO

SD /SP (VICE-LÍDER SD)